

Impopulares ou impopulistas?

Márcio G. P. Garcia¹
12 de agosto, 2016

Sugestão de olho: Sem a aprovação das medidas fiscais do governo, o Brasil não sairá da recessão.

É inusitado o que ora ocorre com a economia brasileira. Com a posse do presidente interino e a nomeação de uma excelente equipe econômica, as expectativas de melhora da economia trouxeram forte apreciação cambial e aumentos dos preços dos ativos brasileiros. Mas no que diz respeito ao principal problema atual da econômica brasileira, a política fiscal, só se andou para trás. Espera-se pela conclusão do *impeachment*, no final deste mês ou início de setembro, para que as medidas necessárias para prevenir a insolvência fiscal, muitas delas amargas, comecem a ser finalmente implementadas. Se isso não acontecer, a evolução das expectativas, em vez de engendrar aumentos de investimento físico, geração de empregos e crescimento econômico, dará lugar a grave crise.

A implementação das medidas impopulares, que Temer disse não temer, deverá aguardar o fim da interinidade do atual presidente. Ainda assim, a enxurrada de gastos públicos adicionais que estão se acumulando nos últimos meses começa a provocar dúvidas quanto à capacidade de o novo governo reverter a trajetória fiscal, que é a maior responsável pela grave crise que ora vivemos. A principal medida já divulgada é uma PEC (proposta de emenda constitucional) que, quando aprovada, limitaria o crescimento nominal das principais despesas públicas à inflação do ano anterior. Ou seja, sempre que houver crescimento real do PIB, o gasto público cairia em proporção do PIB.

Embora um teto constitucional seja necessário para possibilitar o controle da expansão dos gastos públicos, ele sozinho é incapaz de evitar a explosão da dívida pública. Isto por que os diversos componentes dos gastos estão submetidos a regras próprias que, se não forem alteradas, levarão a uma de duas situações, ambas desastrosas. Se o teto global da PEC for respeitado, mesmo quando os componentes do gasto público continuem a crescer bem acima da inflação, o governo acabará ficando totalmente paralisado, por não poder fazer mais nada além de pagar pessoal, ativos e inativos. Já se o teto global constitucional for rompido, cairemos na insolvência fiscal, com consequente piora da recessão e fuga de capitais, combinadas a crises política e jurídica.

É sempre necessário lembrar que o descontrole fiscal já nos levou à hiperinflação, da qual nos livramos há apenas 22 anos. Uma história daquele período, contada por um velho professor que havia composto a equipe econômica de um dos governos militares, mostra como tetos de gastos costumavam ser rompidos. Se não me falha a memória, tratava-se de um presídio, cujo diretor gastava o orçamento anual antes do fim do primeiro semestre, inclusive em gastos como ida a Paris com a esposa. Quando o dinheiro acabava, fomentava-se uma rebelião, na qual colchões eram queimados e

¹Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

detentos assassinados, criando grande repercussão. Ato contínuo, o orçamento era complementado. O professor contava essa história para mostrar como os grupos de interesse por trás de cada gasto do orçamento defendiam, de forma por vezes brutal, a manutenção de seus quinhões.

A imprensa noticia, todos os dias, privilégios de castas que deveriam, há muito, ter sido removidos. O privilégio que causa maior impacto fiscal é a aposentadoria precoce do sistema geral da Previdência, ou seja, dos trabalhadores que não são funcionários públicos (ainda que o valor individual das aposentadorias dos servidores públicos com salário integral seja muito maior). A idade média de aposentadoria no Brasil é muito baixa, relativa ou absolutamente. Relativamente, porque, na grande maioria dos países, só se aposenta muito depois do que ocorre no Brasil. Absolutamente, porque a manutenção das atuais regras nos levará inevitavelmente à insolvência fiscal, como argumentei no artigo do mês passado.

Apesar da urgente necessidade de se alterarem as regras de aposentadoria, passar no Congresso Nacional a reforma da previdência é extremamente difícil, como o fracasso do governo FHC bem o demonstrou, em 1998, ao ser derrotado quando propôs instituir idade mínima para a aposentadoria. É preciso ter um projeto muito bom, algo que a equipe econômica deve produzir, e muita capacidade de negociação no parlamento.

Deputados e senadores não votam contra os interesses de suas bases eleitorais, por mais justa que seja a causa. Para conseguir que medidas indispensáveis para o ajuste fiscal, como a reforma da Previdência, passem no Congresso, é preciso ganhar a batalha da opinião pública. Convencer os eleitores de que não é justo nem factível que as pessoas que hoje se aposentam o façam com a mesma idade que seus pais se aposentaram há trinta anos. Afinal, quem se aposenta hoje viverá por muitos mais anos, e a Previdência não terá recursos para cobrir tantos aposentados. É preciso explicar que manter as regras atuais prejudicará justamente aqueles que seriam os supostos beneficiários, nossos filhos e netos. Como nosso sistema de previdência funciona com os ativos pagando pelos inativos, o crescimento rápido dos inativos que vem ocorrendo pelas regras atuais acabará sobrecarregando os jovens trabalhadores ou inviabilizando a previdência. Sem reformas, acabaremos como os aposentados gregos, que tiveram seus proventos cortados quando já nada podiam fazer para evitar a penúria na velhice.

É preciso ter a coragem cívica de enfrentar essa batalha pela opinião pública, por mais que se contrariem interesses de aliados. Mostrar que as medidas impopulares são, na verdade, “impopulistas”: exigirão o fim de privilégios insustentáveis no presente em troca de viabilizar maior crescimento econômico e geração de empregos no futuro.